



NOTA DE REPÚDIO

Por proposição da Secretaria Distrital do CBCE/DF, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) reunido em Assembleia Geral, no dia 19 de setembro de 2019, aprovou por aclamação a Nota de Repúdio à Militarização das Escolas Públicas do Distrito Federal.

Desde o início da gestão do governador Ibaneis Rocha (MDB), em janeiro deste ano, o Governo do Distrito Federal, de forma autoritária, implantou um sistema de militarização em quatro escolas públicas. Intitulado de “gestão compartilhada”, hoje, presente em 8 escolas do DF, o projeto avança a passos largos, seguindo a cartilha do governo federal de Bolsonaro. Expressão desse movimento foi a criação, no segundo dia de mandato, da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no país

Com a promessa de elevar os índices educacionais (especificamente o IDEB) e mitigar a violência nas escolas, melhorando, portanto, a qualidade educacional, atualmente, existem 120 escolas militarizadas em 17 estados do Brasil, quase metade delas está em Goiás. Em 2013 havia 8 escolas militarizadas goianas. Em 2019, já são mais de 70. A fórmula mágica é: um corpo militar assume a gestão “administrativa e disciplinar”, enquanto os professores, orientadores e coordenadores cuidam da parte pedagógica. Para isso, os estudantes são submetidos à duras regras: é proibido o uso de brincos, *piercings*, devem bater continência e andar em filas, cabelos longos devem andar presos e o uniforme também muda, incorporando a vestimenta militar.

Em relação ao investimento *per capita*, este é maior nas escolas militarizadas, inclusive com possibilidade de rubricas extras das Secretarias de Segurança Pública. Por outro lado, para se alcançar os objetivos da propaganda, diversos estudantes que não se enquadram nos padrões de comportamento desejados pelos militares e nem nas médias de proficiência estudantil traçadas para



COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – DN
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
Rua Felizardo, 750. Jardim Botânico, Porto Alegre – RS – Cep 90690-200
Fone: (51) 3308- 5885 E-mail: cbcedn@gmail.com – Home page: www.cbce.org.br
Associado à SBPC – CNPJ nº 51.146.611/0001-83

Gestão 2019/2021

essas escolas, têm sido literalmente expulsos ou transferidos para outras unidades de ensino.

O modelo também contraria as diversas legislações do campo educacional: fere as metas do Plano Nacional de Educação quanto à inclusão e à elevação da escolaridade em todas as faixas etárias da população; descumpre os preceitos da Carta Magna, seja em relação à forma de oferta pelo poder público, seja quanto ao conteúdo pedagógico e rasga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que tange à gestão democrática do ensino público o pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Não se trata, aqui, de Escolas Militares, mas, sim, de escolas militarizadas e precarizadas. A diferença é o investimento: as primeiras têm verba três vezes superior, tem seleção para ingresso de estudantes, têm ótimas instalações, melhor remuneração dos docentes. Além disso, esse modelo impõe o Estado Penal em detrimento do Estado Democrático de Direito, criminalizando a estética da juventude, em especial a negra, os mais pobres e as populações periféricas, que, em sua maioria, compõem o quadro discente das escolas públicas brasileiras.

Portanto, defendemos o fortalecimento da escola pública, universal, plural, laica, socialmente referenciada, de qualidade, inclusiva e voltada para a superação das desigualdades sociais, que proporcionem o acesso ao saber sistematizado historicamente produzido pela humanidade.

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública” (TEIXEIRA, 1936. p. 58¹).

Natal, 19 de setembro de 2019.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)

¹ TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.